



1

ATA 248

2 Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e quatorze, às quatorze horas, realizou-se
3 reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa,
4 em sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação de sua Presidente, Beatriz
5 de Souza. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais:**
6 Tierri Rafael Ribeiro Angeluci, Beatriz de Souza e Josemar Severino (Secretaria
7 Municipal de Assistência Social); Patrícia Ecave (Secretaria Municipal de Indústria,
8 Comércio e Qualificação Profissional); Cláudia Daniele Coneglian (Secretaria Municipal
9 de Educação); os **conselheiros não governamentais titulares:** Marcelo Safraid
10 (Entidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade); Claudimar Barbosa
11 da Silva (Entidade de Proteção Social Especial de Alta Complexidade); Isabela Martins
12 Nadal (Representante dos Profissionais da Área); Cléber Paula Santos (Entidades de
13 Proteção Social Básica); Patrick Fernando Osga, Mercedes Etelvina Pinto Ribeiro e
14 Alexandro Sirajá José de Paula (Usuários da Assistência Social). Os **Conselheiros**
15 **governamentais suplentes no exercício da titularidade:** Vanduíra Arcoverde da Silva
16 (Secretaria de Administração e Assuntos Jurídicos). Os **Conselheiros não**
17 **governamentais suplentes no exercício da titularidade:** Lucia Pereira Wolf
18 (Profissionais da Área) e Lilian Klimiont (Entidades de Proteção Social Básica). Os
19 **Conselheiros não governamentais suplentes:** José Geraldo Berger (Entidades de
20 Proteção Social Especial de Alta Complexidade); Ana Carolina da Silva Reis
21 (Profissionais da Área). **Registramos as presenças:** Carla Buhner Salles Rosa; Lorene
22 Camargo, Liliane Nascimento, Érika Francine Pilarski Clarindo, Lúcilía Andrade, Sandra
23 Regina Wichert Cisco, Armando Madalosso Vieira, Marli de F. Mendes, Ivanilde Wons.
24 Justificaram a ausência os seguintes conselheiros: Daniele Antoni Calixto Strack
25 (Secretaria Municipal de Saúde), Clóvis Airton de Quadros (Secretaria Municipal de
26 Administração e Assuntos Jurídicos); Ana Cristina Duda (Fundação Proamor de
27 Assistência Social); Adrianis Galdino da Silva Júnior (Represente dos trabalhadores da
28 área); Anderson Quintino Martins (Entidades de Proteção Social Básica). A reunião
29 contou com a **seguinte pauta:** 1- Apreciação e Aprovação da Pauta; 2- Aprovação da
30 Ata 246; 3- Informes Gerais; 4- Apreciação do parecer da Comissão de Monitoramento e
31 Avaliação de Projetos sobre os seguintes assuntos: 4.1 Projeto da Associação Ministério
32 Melhor Viver sobre repasse de recurso de emenda orçamentária; 4.2 Parecer do Projeto
33 da Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da Economia Solidária; 4.3 –
34 Apreciação da solicitação da Vila Vicentina para alteração de cláusula no convênio
35 206/2013. 5- Apreciação do parecer da Comissão de Acompanhamento do Sistema
36 Único de Assistência Social sobre: 5.1 – Projeto de Aceite da Expansão do PETI e 6 –



37 Apreciação do Parecer da Comissão de Acompanhamento do Fundo Municipal de
38 Assistência Social. **Abertura:** Com o *quórum* estabelecido às quatorze horas e quinze
39 minutos, a presidente Beatriz cumprimentou a todos e desejou uma boa tarde de
40 trabalho. Seguindo para o item 1: apreciação e aprovação da pauta. **APROVADA.**
41 Seguindo para o item 2: apreciação e aprovação da ata 246, o conselheiro Tierri colocou
42 que o conselheiro Marcelo havia enviado e-mail sugerindo algumas alterações, as quais
43 já foram realizadas. O conselheiro Tierri colocou que às onze horas da manhã de hoje o
44 conselheiro Adrianis solicitou algumas alterações, mas apenas citando o local onde elas
45 deveriam ser reavaliadas. O conselheiro Tierri colocou ainda que, como não foi
46 colocado o texto do que deveria ser alterado, fica inviável a aprovação da ata sem as
47 alterações e sugeriu que a mesma seja aprovada na próxima reunião com as alterações
48 sugeridas pelo Conselheiro Adrianis. A conselheira Lúcia pediu a palavra e fez uma
49 retratação de sua fala da reunião passada: *“Que ‘assustadíssima’, linha 165, refere-se à*
50 *sensação experimentada frente à forma autoritária e coerciva de conduzir a reunião, e*
51 *das irregularidades já apontadas que ferem o Regulamento do CMAS, orientações e*
52 *determinações do CNAS, LOAS, NOB-SUAS e principalmente a falta de respeito, à ética*
53 *e direitos, enquanto cidadã, profissional e representante da sociedade civil. Retirei-me*
54 *da reunião por esses motivos e não ‘debanei porque recebo auxílio de algum partido*
55 *político ou porque estou lá para tumultuar’, conforme registro que ouvi no áudio após a*
56 *saída de seis conselheiros não governamentais”*. Assim, ficou decidido que a ata 246
57 não será aprovada nesta reunião, mas ficaria para a próxima reunião plenária. A
58 presidente Beatriz passa ao item três, informes gerais. A secretária-executiva Carla
59 colocou que o CMAS recebeu convite para participar do dia D que acontece no dia 30
60 de maio, dia da contratação da pessoa com deficiência para o mercado de trabalho, o
61 evento aconteceu no Ginásio para Pessoas com Deficiência às treze horas. A secretária
62 Carla prosseguiu com a leitura de outro documento recebido do presidente da APEDEF
63 pedindo alterações de valor no convênio, o qual será encaminhado para Comissão de
64 Monitoramento e Análise de Projetos. Além das justificativas de ausências citadas na
65 página anterior, a conselheira Cláudia justificou a ausência do conselheiro Cesar por
66 estar participando de audiência pública na Câmara de Vereadores. O conselheiro Tierri
67 lembrou que o conselheiro Antônio Ademir está em férias. A presidente Beatriz passou
68 para o tem 4 da pauta, apreciação do parecer da Comissão de Monitoramento e
69 Avaliação de Projetos: 4.1 Projeto da Associação Ministério Melhor Viver, sobre repasse
70 de recurso de emenda orçamentária. O conselheiro Tierri colocou que o conselheiro
71 Adrianis é o coordenador da comissão e ficou responsável de redigir o relatório, porém
72 justificou ausência na reunião e não entregou o parecer. O conselheiro Tierri colocou
73 que apenas três pessoas se fizeram presentes na reunião da Comissão de



74 Monitoramento e Avaliação de Projetos (Beatriz, Tierri e Adrianis) e dessa forma relatou
75 o que foi discutido: a reunião aconteceu na terça feira pela manhã (dia 27) e o projeto da
76 Associação Ministério Melhor Viver já está tramitando há alguns anos e corresponde a
77 uma emenda orçamentária de dois vereadores no valor de cem mil reais, para
78 construção do abrigo para moradores de rua. Disse que em 2013 o CMAS já havia
79 aprovando essas emendas, entretanto, quando chegou ao financeiro para pagamento
80 foi barrado por que não havia recursos, então o projeto voltou e ainda está em
81 andamento e como não podemos obrigar a Secretaria Municipal de Gestão Financeira a
82 pagar, porque não cabe ao conselho, resolvemos retificar a Resolução/CMAS/Nº
83 49/2013 aprovando o projeto no valor de cem mil reais para a Associação Ministério
84 Melhor Viver. O conselheiro Tierri completou que a Comissão sugeriu retificar a
85 Resolução e encaminhar junto com o processo novamente, exigindo o pagamento já
86 que havia sido aprovado pelo CMAS na gestão anterior. A Presidente Beatriz perguntou
87 se todos concordam com o parecer da comissão. **APROVADO por unanimidade,**
88 **conforme Resolução/CMAS/Nº 20/2014.** A Presidente passou para o item 4.2: parecer
89 do Projeto da Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da Economia
90 Solidária. O conselheiro Tierri colocou que esse projeto tem relação com a segurança
91 alimentar e nutricional e como hoje não sabemos se o Conselho de Segurança
92 Alimentar está em funcionamento, essa cooperativa solicitou parecer do CMAS a
93 respeito. O conselheiro colocou que a proposta está vinculada com o PAA, Programa de
94 Aquisição de Alimentos do Governo Federal. O conselheiro Tierri explicou que existe
95 uma entidade, que é a Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da
96 Economia Solidária que vai fornecer os produtos, os quais serão adquiridos através de
97 recursos federais e serão distribuídos através do Banco de Alimentos do SOS. O
98 conselheiro Tierri deixou claro que os recursos para a aquisição dos produtos dessa
99 Cooperativa não são do convênio do Banco de Alimentos e que a entidade
100 simplesmente será uma “ponte” que irá receber e repassar para as entidades e demais
101 serviços que o Banco atende. O conselheiro disse ainda que a Cooperativa é dos
102 assentados do Movimento Sem Terra (MST) e o projeto contempla a descrição dos
103 produtos orgânicos que serão adquiridos como: abobrinha, amendoim, batata,
104 beterraba, carne bovina, feijão, limão, etc. Por fim, o conselheiro Tierri disse que o
105 parecer da comissão é favorável ao Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB
106 apresentada pela Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da Economia
107 Solidária no valor de cento e dezesseis mil novecentos e oitenta e nove reais e
108 dezesseis centavos. A presidente Beatriz colocou o parecer da comissão para
109 apreciação da plenária. **APROVADO, por unanimidade, conforme**
110 **Resolução/CMAS/Nº 21/2014.** Na sequência, item 4.3 – apreciação da solicitação da



111 Vila Vicentina para alteração de cláusula no convênio 206/2013. O conselheiro Tierri
112 colocou que o ofício foi recebido no dia vinte e quatro de abril, no qual é solicitada uma
113 alteração na redação do objeto do convênio. Ele disse que a entidade solicita a retirada
114 do trecho que diz: “dos enfermos em tratamento hospitalar, mulheres com crianças e
115 pessoas especiais em geral”. O conselheiro Tierri afirmou que a Comissão concordou
116 em alterar, principalmente por que o convênio da assistência social não contempla o
117 atendimento a pessoas vindas da área de Saúde. Assim, o parecer da comissão é
118 favorável às alterações. A presidente Beatriz colocou o parecer da Comissão para
119 apreciação. **APROVADO.** A presidente Beatriz passou para o item cinco: apreciação do
120 parecer da Comissão de Acompanhamento do Sistema Único de Assistência Social
121 sobre: 5.1 – Projeto de Aceite da Expansão do PETI. A conselheira Ana Carolina,
122 coordenadora da Comissão, colocou que na reunião da Comissão foi solicitado o
123 relatório de atividades do Programa Peti, foi realizada a leitura do relatório de atividades
124 entregue, ressaltando dados e informações pertinentes ao funcionamento atual do
125 projeto, foi verificado o relato da dificuldade na identificação dos casos de trabalho
126 infantil. Outra fragilidade identificada foi em relação aos dados, para quem tomou
127 conhecimento pela primeira vez do projeto, foi sentido falta de alguns dados e foi
128 confuso para entender porquê o Programa Bolsa Família (CadÚnico) aponta uma
129 marcação de apenas duzentos e setenta crianças/adolescentes identificados na
130 situação de trabalho infantil e segundo dados do IBGE/2010, pesquisados na comissão,
131 são mil cento e setenta e quatro casos identificados. A comissão teve bastante
132 dificuldade em entender qual o critério de identificação do trabalho infantil. O conselheiro
133 Tierri colocou que a Comissão “achou, também podemos achar errado”, que é um
134 número muito grande. Neste momento, foi comentado que no município de Castro
135 aconteceu a mesma coisa, os dados do IBGE são muito grandes e no CadÚnico não
136 tem muitos casos de trabalho infantil. A coordenadora da Comissão, conselheira Ana
137 Carolina, falou que foram feitas pesquisas em outras fontes e os números não batem,
138 foram realizadas várias interpretações na comissão: dividido por área de trabalho, por
139 faixa etária. O conselheiro Tierri relatou que no próprio site do IBGE é bem confuso, pois
140 coloca a idade de dez a treze anos como ocupados. “Ocupados com trabalho?
141 Ocupados com o que?” Colocou que está bem confuso, também tem a identificação de
142 dez a dezessete como aprendizes, são dados bem confusos. A conselheira Ana
143 Carolina colocou que foi analisada a relação entre a demanda e a meta estabelecida
144 pelo projeto e que até então a comissão não tinha conhecimento da consulta, realizada
145 pelo conselheiro Tierri, sobre o número de metas, (1.174), a Comissão constatou que já
146 foi feito o aceite para mil, cento e setenta e quatro metas em 10/07/2013 e já existe um
147 termo de aceite para este número de metas, desta forma, a Comissão descartou a



148 preocupação de dar aceite nesse número de metas, pois isso já foi feito em 2013. A
149 conselheira Ana Carolina colocou que o conselheiro Anderson, com experiência nesta
150 área, contribuiu bastante com as alterações que deverão ser realizadas no projeto, bem
151 como estabelecer um plano de metas concretas, no qual conste um percentual de
152 atendimento. A secretária Carla exemplificou colocando que o projeto deverá identificar
153 quantas metas o município vai atingir durante o ano até atingir cem por cento das
154 metas. A conselheira Ana Carolina colocou que foi sugerido incluir no projeto uma
155 parceria com MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e Polícia Civil, sobre as
156 denúncias. A secretária Carla colocou que foi discutido na comissão qual o conceito de
157 trabalho infantil, o programa deverá caracterizar e discutir esse conceito, questionou se
158 tráfico e prostituição infantil são considerados trabalho infantil. O conselheiro Tierri
159 colocou que na comissão foi discutido, de forma jocosa, se “ajudar a mãe nos afazeres
160 domésticos” é considerado trabalho infantil, pois, quem sabe, o entrevistador do IBGE
161 pergunta para à família se as crianças trabalham ou ajudam em casa, então fazem a
162 marcação. Foi comentado que se for considerar o tráfico, por exemplo, e interligar os
163 dados de adolescentes em medida socioeducativa os dados já vão lá para cima. O
164 conselheiro Cleber colocou que é difícil classificar o que é ou não trabalho infantil, por
165 exemplo, teve conhecimento de um caso em uma instituição que a menina, algumas
166 vezes, realizava algumas tarefas do lar e foi considerado trabalho infantil, colocou que
167 esta é uma discussão muito longa. O conselheiro Claudimar colocou que é considerado
168 trabalho infantil quando a criança, que é levada a trabalhar, por exemplo, no trabalho
169 doméstico, como é costume, algumas vezes, a família dar uns “trocados” para a criança,
170 isso é trabalho infantil e indagou quem desenvolve as ações do PETI. A secretária Carla
171 respondeu que é a SMAS através da Gerência de Proteção Social Especial. O
172 conselheiro Claudimar perguntou quais ações são desenvolvidas no PETI, o que é feito
173 para identificar o trabalho e para superar a situação de trabalho. A presidente Beatriz
174 respondeu que, a princípio, tem uma listagem de duzentos e quatro casos no ano
175 passado e a ação desse serviço foi averiguar esses casos, foram realizadas duzentas e
176 quatro visitas e dezesseis foram procedentes. O conselheiro Claudimar perguntou se os
177 outros casos não eram procedentes. A Presidente colocou que alguns não foram
178 encontrados, mas sete casos foram comprovados. O conselheiro Claudimar indagou se
179 além desta busca passiva existe uma busca ativa. O Conselheiro Tierri colocou que esta
180 foi uma sugestão da comissão. A conselheira Ana Carolina colocou que a comissão
181 sugeriu estabelecer, a partir do Executivo Municipal, uma determinação oficial que todos
182 os casos de trabalho infantil identificados por órgãos do município sejam
183 obrigatoriamente comunicados ao Programa PETI, envolvendo todas as portas de
184 entrada. O conselheiro Claudimar colocou que o Programa se chama “Programa de



185 erradicação do trabalho infantil”, então pressupõe que haja uma ação concreta,
186 buscando os casos em todas as instâncias. A Presidente colocou que esta é uma nova
187 proposta, trazida aqui, que deixa para trás o papel passivo do Programa Peti. A
188 conselheira Isabela colocou que, se não lhe falha a memória, no ano passado foi
189 aprovado exatamente isso, um reordenamento do PETI, o qual não funcionaria mais
190 enquanto CREAS e se a criança estivesse em situação de trabalho infantil todo o
191 trabalho seria realizado com a família, colocou que está achando estranho, pois se
192 recorda bem dessa discussão. O conselheiro Tierri colocou que este é um recurso a
193 mais que está vindo para o PETI. A conselheira Isabela lembrou que este assunto foi
194 bastante discutido e o PETI estava indo para o CRAS. A secretária Carla colocou que
195 este assunto foi discutido entre as Gerências (básica e especial) e o trabalho com as
196 famílias será incluído no PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias),
197 serviço desenvolvido nos CRAS, mas a porta de entrada do PETI continuará sendo o
198 CREAS, colocou que não haverá outros programas de contraturno ou serviço de
199 convivência e fortalecimento de vínculos, as crianças e adolescentes serão incluídos
200 nos programas existentes e a demanda do Peti será encaminhada novamente ao
201 CREAS caso ocorra nova situação de violação de direitos ou retorno ao trabalho infantil.
202 A conselheira Isabela lembrou que foi discutido que ao CREAS ficaria a parte de
203 localizar as famílias e aos CRAS o atendimento. A secretária Carla colocou que o
204 serviço está sendo realizado desta forma: as famílias estão sendo atendidas no CRAS e
205 as crianças e adolescentes estão sendo encaminhadas para os serviços de Contraturno
206 ou convivência e fortalecimento de vínculos; porém o Programa PETI continua com sua
207 identidade. O Conselheiro Claudimar questionou o que a plenária está votando hoje, se
208 é o aceite para expansão do PETI. O Conselheiro Tierri colocou que o aceite foi
209 aprovado na última plenária e que lembra que o conselheiro Anderson colocou que
210 estava descontente com o plano de ação para este recurso, como por exemplo, a
211 questão do lanche. Desta forma, a Comissão ficou incumbida de reelaborar o plano de
212 ação e são essas propostas que estamos apresentando e aprovando, isso que nós
213 estamos aprovando hoje é o plano de ação dos recursos do PETI, são oito mil e
214 trezentos reais que já foram aprovados na reunião de sexta feira passada. A secretária
215 Carla colocou que Comissão levantou todas as adequações e orientações para
216 reformulação do plano de ação. A conselheira Ana Carolina colocou que foi definido
217 como alteração no plano de ação o aumento para três no número de educadores sociais
218 e supressão do Kit Lanche. Foi questionado se o valor em si já foi aprovado. A
219 conselheira Ana Carolina colocou que o kit lanche foi substituído por contratação de
220 empresa para divulgação, incluir metodologia de trabalho e inclusão de aquisição de
221 material de divulgação e contratação de palestrantes. A ideia seria uma campanha de



222 divulgação com mídia, vídeos, folder, banners, etc. A secretária Carla colocou que a
223 proposta da Comissão era fazer uma grande campanha no município para proporcionar
224 visibilidade ao Programa Peti, e, dentro de um ano, o gestor tivesse meios de comprovar
225 que o número de metas propostas não foi encontrado, apesar de todas essas ações. A
226 Conselheira Lúcia lembrou outra questão, que esse modelo de projeto com esse nome
227 pode ser que mude, tem determinações escritas não lembra onde, mas alguma coisa
228 pode mudar independente do trabalho que seja feito, até o nome PETI pode mudar. Foi
229 colocado que discutir isso e tentar mudar o projeto vai muito além e que é preciso
230 compreender melhor a proposta do PETI para que seja possível discutir sobre isso. O
231 conselheiro Tierri colocou que na Comissão foi prevista uma visita ao PETI, o qual hoje
232 funciona no CREAS central, verificar a infraestrutura, conversar com a assistente social
233 Taís, para posteriormente acompanhar melhor, fazer relatório de avaliação, acompanhar
234 o trabalho realmente. A conselheira Ana Carolina colocou, que, ainda no plano de
235 aplicação, está previsto um valor de R\$ 2.050,00/mês destinado a aquisição de material
236 de divulgação e informe publicitário e que dentro desse valor fosse contratado palestras,
237 campanhas de treinamento e capacitação específica para profissionais da educação,
238 saúde e assistência social; colocou que a última alteração sugerida pela comissão foi a
239 metodologia de avaliação, acompanhamento através de levantamento de dados,
240 encaminhamentos, atendimentos, denúncias efetivadas e não efetivadas, para
241 estabelecimento de uma média de casos de trabalho infantil no município, pois quando
242 a Comissão leu o projeto sentiu falta dessas informações, desses dados. O conselheiro
243 Claudimar colocou que a Comissão concluiu pela aprovação com as alterações
244 propostas. O Conselheiro Tierri colocou que outra questão importante é que todo o
245 acompanhamento sugerido é porque o Escritório Regional, responsável por avaliar
246 como os recursos federais estão sendo gastos no município, pode vir e dizer: “você
247 não estão atendendo as mil metas, então vamos bloquear o recurso”. Ele completa que
248 dessa forma é possível comprovar que estamos acompanhando os casos e evitar
249 qualquer tipo de problema com relação aos recursos. Neste momento a Secretária Carla
250 lembrou que o Conselheiro Anderson justificou a ausência porque está em curso em
251 São Paulo. A Presidente colocou em apreciação o parecer da comissão, **APROVADO**.
252 A Presidente Beatriz passou ao último item da pauta, apreciação do Parecer da
253 Comissão de Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social. O
254 Conselheiro Tierri, relator da comissão, colocou que a Comissão de Acompanhamento
255 do Fundo se reuniu no dia vinte e dois, com a presença da Sra. Priscila, diretora do
256 Fundo Municipal de Assistência Social e responsável pelos pagamentos. Ele lembrou
257 que os gastos ficam por conta das Gerências. O conselheiro Tierri colocou que a
258 assistente social Sandra, durante a reunião da comissão, fez uma pequena explanação



259 sobre os pisos, valores mensais e o que é financiado por cada piso. O conselheiro Tierri
260 colocou que depois mandará por e-mail aos conselheiros uma relação dos valores
261 recebidos pelo Fundo durante o ano, mas brevemente: piso básico fixo, custeio do PAIF;
262 piso básico variável, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; IGD/Programa
263 Bolsa Família, este é um recurso diferenciado, porque pode ser adquirido material
264 permanente assim como o IGD SUAS, estes são recursos federais que podem ser
265 usados para adquirir material permanente, o IGD/Bolsa Família vem para a Gerência
266 Básica e o IGD/SUAS para a Gerência Técnica, a ser aplicado na Gestão do SUAS
267 como um todo, dos dois recursos 3% podem ser usados para o CMAS, para
268 manutenção; o Programa ACESSUAS, informe da reunião de hoje, recurso para
269 mobilização ao mundo do trabalho, para despesas de custeio; programa BPC na
270 escola, o qual é variável, de acordo com o preenchimento dos cadernos; piso fixo de
271 média complexidade, recurso para manutenção dos CREAS, para o PAEF, Programa
272 PEMSE, CREAS POP e para a Gerência Especial; piso de alta complexidade I, para
273 manutenção do acolhimento de idosos e crianças; piso de alta complexidade II, para
274 Casa de Passagem (atualmente Casa da Acolhida) e para a Residência Inclusiva; piso
275 de Transição de Média Complexidade, para entidades de média complexidade como
276 APAE, APACD, CEPRAF e ASSARTE e também custeio para as entidades; piso
277 variável de média complexidade, manutenção do PETI, então, esse oito mil e trezentos
278 reais são do piso variável de média complexidade, atualmente é recebido nove mil e
279 quinhentos, com esse aceite, o município receberá mais oito mil e trezentos reais.
280 Desses recursos, alguns estão bloqueados ou parcialmente bloqueados, devido
281 algumas responsabilidades que não foram cumpridas pela gestão, então os recursos
282 são bloqueados, como por exemplo, o piso fixo de média complexidade, foi parcialmente
283 bloqueado por problemas com relação ao programa, CREAS POP, também bloqueado
284 porque o município recebeu recurso para construção do Centro de Referência, o qual
285 não foi iniciado, assim, o recurso está bloqueado. Também o piso de alta complexidade
286 II, utilizado para a Casa da Acolhida e Residência Inclusiva, está bloqueado por
287 questões relacionadas à Residência e o recurso para Casa de Passagem está
288 bloqueado devido a um aceite de mais cinquenta metas, pois não foi encontrada uma
289 entidade para prestar esse serviço. O conselheiro Tierri disse que na reunião da
290 Comissão do Fundo, a diretora Priscila apresentou os gastos de janeiro, fevereiro,
291 março e abril de 2014, apresentou uma tabela com todos os pisos, saldo inicial,
292 recursos recebidos e gastos e o saldo final, este é o trabalho da Comissão do Fundo,
293 acompanhar o relatório de gastos e receitas e como parecer da comissão: “a diretora do
294 Fundo, Sra Priscila, apresentou as planilhas de gastos dos meses de janeiro a abril de
295 2014, explicou a relação entre saldo inicial, restos a pagar, tarifas, rendimentos”. Por ser



296 uma questão contábil, para a comissão fica difícil acompanhar, em janeiro de 2014 o
297 saldo do Fundo era de dois milhões quinhentos e vinte e seis mil, quatrocentos e
298 quarenta e um reais e setenta e cinco centavos, em abril de 2014 foi para dois milhões
299 oitocentos e sessenta e três mil reais, é um recurso muito grande que está depositado
300 no Fundo, são diversos problemas que contribuem para que esse recurso não seja
301 gasto, é questão de burocracia, como esse plano do PETI, foi programado, mas nem
302 sempre é possível a aplicação, tem licitação deserta, tem vários problemas que
303 impedem o gasto do recurso, como a questão do final do ano, que em outubro não é
304 possível fazer mais compras, aí o recurso não pode ser gasto, sendo vários assuntos
305 que contribuem para o aumento dos saldos. A Comissão se preocupa com a questão de
306 saldos na conta do fundo, mas também entende que a burocracia impede uma série de
307 gastos, um exemplo, até o momento o saldo do superávit financeiro ainda não foi
308 divulgado, tudo que sobra na conta pode ser reprogramado, mas como até agora não foi
309 informado, não podemos gastar, vai sobrar mais no final do ano, vira uma bola de neve.
310 Foi marcado reunião ano passado com o DECOM (departamento de compras) e foi
311 solicitado várias coisas, mas ainda é um processo que trava um pouco os gastos, o
312 parecer da comissão sugere que sejam marcadas reuniões para tentar agilizar o gasto
313 dos recursos federais, liberações das verbas com maior agilidade, a comissão também
314 colocou que podem ser designadas pessoas responsáveis para tratar apenas dos
315 recursos federais da prefeitura. A comissão fez um levantamento e a partir de agora vai
316 tentar procurar agilizar melhor os gastos. O conselheiro Tierri colocou que, na reunião
317 da comissão, o conselheiro José Geraldo fez questão de parabenizar o trabalho da
318 diretora do fundo que apresentou esses dados de forma clara e detalhada e também a
319 assistente social Sandra que explicou muito bem a finalidade das fontes do fundo. A
320 Conselheira Ana Carolina colocou que elas deram uma aula e foi a primeira vez que
321 tivemos acesso às informações. O Conselheiro Tierri colocou que hoje é a primeira
322 reunião da comissão do fundo apresentada na plenária. A Conselheira Ana Carolina
323 colocou que foi bem interessante, a assistente social Sandra passou todos os detalhes
324 de como funciona, passou informações e foi comentado na comissão que se alguém
325 tivesse contato, conhecesse pessoas no Tribunal de Contas que pudessem agilizar
326 esses processos burocráticos que estão emperrando o uso destes saldos, pois o
327 dinheiro está lá para ser usado. A conselheira Isabela colocou que demora muito o
328 trâmite interno, se o CRAS precisa de um material, o CRAS solicita, aí passa pela
329 Gerência, passa pelo trâmite da prefeitura que demora uns três meses até licitar e não é
330 só aqui na Assistência é geral. O conselheiro Claudimar colocou que quer fazer duas
331 propostas, para que o CMAS tenha uma clareza sobre as questões de desbloqueios,
332 gostaria que fosse solicitado ao órgão competente da Secretaria de Assistência Social,



333 para que informe o Conselho, de forma detalhada, o que tem que fazer para
334 desbloquear. O conselheiro Tierri colocou que o piso de alta complexidade dois, são dez
335 mil reais para a Casa da Acolhida e dez mil para o Abrigo Nossa Senhora de Lourdes, o
336 primeiro, da Casa da Acolhida, é por conta de um aceite de cinquenta vagas em casa de
337 passagem realizado nos anos anteriores, porém a Casa da Acolhida não comporta mais
338 cinquenta vagas, então, outra entidade deveria executar esse serviço, como não está
339 sendo executado o Escritório Regional, como fiscal desses recursos federais na cidade
340 e no estado, observou que o município não está cumprindo e realizou um parecer que
341 bloqueou o recurso. A partir do momento que a SMAS encontre uma entidade ou que a
342 Casa da Acolhida, por exemplo, faça uma reforma ou construa um novo prédio que
343 comporte as cinquenta novas vagas o Escritório Regional é informado e o recurso é
344 desbloqueado, por meio de parecer, ou o Gestor assume com recursos do município e
345 se o serviço estiver em ordem o recurso é desbloqueado. Foi comentado que a
346 instituição tem que entrar com a contrapartida. O conselheiro Tierri, na continuidade de
347 seu relato, colocou que para a Residência Inclusiva foi eleita a entidade Nossa Senhora
348 de Lourdes com o pressuposto de atendimento para dez pessoas, porém, esta entidade
349 teve um problema burocrático, mudou de sede e esta nova sede não comporta dez
350 pessoas, mas comporta seis. A visitante Érica Clarindo lembrou ao conselheiro Tierri
351 que o bloqueio não foi por causa da mudança de sede, mas sim devido a equipe
352 técnica, a qual deve ser disponibilizada pelo gestor e nunca foi providenciado. O
353 conselheiro Claudimar colocou que o CMAS deve cobrar porque são recursos que não
354 estão sendo liberado por uma falha de gestão, o conselheiro questionou se o serviço
355 não poderia ser adequado para seis pessoas. O conselheiro Tierri respondeu que a
356 residência inclusiva deve ser para dez vagas e o principal problema é que a Residência
357 Inclusiva exige uma equipe que fique no órgão gestor, sendo constituída de assistente
358 social, psicólogo e mais um profissional de nível superior, exclusivos para a Residência
359 Inclusiva e o gestor não conseguiu disponibilizar esta equipe para esse serviço. A
360 conselheira Claudia colocou que a Secretaria de Educação tem verba própria e, por
361 exemplo, quando algum processo emperra na superintendência financeira, como
362 conhece o superintendente Wagner, vai até lá e fala que precisa que ele e o secretário
363 de finanças assinem o processo da educação, quando é até quinhentos mil o Prefeito
364 não precisa assinar, então, se na SMAS for preciso, a conselheira Claudia colocou que
365 é só passar o número do processo, vai ao superintendente Wagner pede e pronto. O
366 Conselheiro Tierri colocou que uma desvantagem da SMAS é que a secretaria funciona
367 no Centro de Ação Social e não no Paço Municipal. O conselheiro Claudimar colocou
368 que, às vezes, a gente pensa que é só comprar o imóvel, mas tem imóvel próprio do
369 município que pode ser destinado para os serviços necessários, tem muitos locais que



370 eram escolas e não são mais e como esses imóveis são do município podem ser
371 realocados para outras funções, até isso poderia ser verificado, a secretaria de
372 educação pode ser ouvida. A conselheira Claudia colocou que tem uma escola em
373 processo de desativação e outra na Santa Tereza que já foi passada para o Patrimônio
374 Geral, porque na gestão passada ficou oito anos abandonada, sem utilização nenhuma,
375 a mercê dos vândalos, então, o imóvel foi passado para o Patrimônio Geral porque não
376 havia, na gestão anterior, interesse de ocupá-lo, só que o imóvel está destruído. O
377 conselheiro Claudimar colocou que, às vezes, faltam terrenos disponíveis no município,
378 mas se buscássemos no Departamento de Patrimônio encontraríamos, com certeza,
379 alguns bens na área urbana ou no centro que pertencem ao município e que estão lá,
380 aguardando alguma coisa. A presidente Beatriz colocou que, pelo projeto, o CREAS
381 POP deve ser central. O conselheiro Claudimar colocou para a presidente Beatriz que
382 deve ser colocado no papel claramente os motivos que estão bloqueando os recursos
383 federais e, infelizmente, como a prefeitura é muito grande cada um sabe só de sua
384 pasta. A conselheira Claudia colocou que como a SMAS é separada do prédio da
385 prefeitura é complicado, no caso da Secretaria da Educação a Secretária, quando tem
386 alguma dúvida ou alguma necessidade, ela tem acesso a todas as secretarias, ficando
387 mais fácil. O conselheiro Claudimar solicitou para a Conselheira Claudia verificar as
388 escolas do município que estão desativadas. A conselheira colocou que tem a Escola
389 Guilherme que vai entrar em processo de desativação porque tem somente setenta
390 crianças matriculadas, será reformada uma escola próxima e essas crianças serão
391 realocadas, mas primeiro tem que fazer a reforma e isso demora um pouquinho. O
392 conselheiro Tierri sugeriu solicitar para os responsáveis pelos recursos bloqueados uma
393 explicação do porque e o que precisa ser feito. Foi colocado que o problema do bloqueio
394 do recurso do CREAS POP não é o terreno, o CREAS POP funciona hoje junto com o
395 CREAS Central o que não pode ocorrer e também porque a equipe não é completa. Foi
396 colocado que a Comissão do Fundo ficou assustada com os números, isso é inédito,
397 porque normalmente não tem o dinheiro e aqui é o contrário, os valores são
398 assustadores por isso que foi solicitado maiores informações e também que seja
399 informado o porquê que este saldo está tão alto. O conselheiro Tierri colocou que esse
400 recurso é para manutenção, ou seja, para consumo, e, nem sempre, é necessário muito
401 de material de consumo e, por exemplo, os equipamentos que hoje são um problema
402 em todas as secretarias, somente dois valores é permitido a utilização neste item; outra
403 coisa que contribui para o saldo, por exemplo, tem bastante dinheiro para comprar
404 lanche para o contraturno, mas já tem muito lanche. A secretária Carla colocou que
405 quando sair o superávit financeiro todos terão acesso aos valores atualizados. A
406 presidente Beatriz colocou em aprovação os encaminhamentos da Comissão,



407 APROVADO. A conselheira Isabela colocou: “alguns já sabem que essa é minha última
408 reunião no conselho, eu vou pedir para me retirar do conselho porque eu não vou mais
409 morar em Ponta Grossa, então não vou poder mais participar, a conselheira Lucia vai
410 assumir a titularidade, quero agradecer a todos aqui, foram dois anos e meio nesta
411 trajetória, é um grande aprendizado estar no conselho, determinados posicionamentos
412 não são fáceis, dizer que sempre que tenha debate aqui tem aquela frase: ‘posso não
413 concordar com aquilo que é dito mas defenderei que seja dito até as últimas instâncias’,
414 porque aqui é justamente um espaço de debates, quero agradecer e pedir desculpas,
415 porque às vezes, em algum momento, a gente se empolga e acaba sendo grosseiro
416 com alguém, desejo que esse conselho continue caminhando”. A conselheira Lucia
417 colocou que vai continuar se comunicando com a conselheira Isabela porque aprendeu
418 muito e quer continuar aprendendo, não só como conselheira, mas também como
419 cidadã e pode dizer que tanto a Érica quanto a Isabela estão sempre dispostas a
420 orientá-la. O conselheiro Marcelo colocou que a Lorene assumirá a primeira suplência.
421 **Encerramento:** Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar, a presidente Beatriz
422 de Souza agradeceu a presença dos conselheiros e demais convidados encerrando a
423 reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos. Esta ATA foi transcrita pela
424 assistente administrativa Patrícia Mitui e pela assessora de gabinete Cleusa Szeider e
425 redigida pelo Vice-presidente, Tierri Angeluci e por mim, Carla Bühner Salles Rosa,
426 secretária executiva.